

Resolução nº 22/2025 – LARANJEIRAS DO SUL – Pró-Reitoria Acadêmica

“Aprova o Relatório quantitativo e qualitativo do número de vagas do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real – Campus Laranjeiras do Sul”.

O Centro Universitário Campo Real, mantido pela UB Campo Real Educacional S/A, por intermédio da Pró-Reitoria Acadêmica, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o relatório quantitativo e qualitativo do número de vagas do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real, Campus Laranjeiras do Sul.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Universitário Campo Real, 17 de dezembro de 2025.



Profª Patricia M. Melhem Rosas
Pró-Reitora Acadêmica

2026

RELATÓRIO DE VAGAS

DIREITO



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E REGIONAIS	5
3 CURSO DE DIREITO E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE LARANJEIRAS DO SUL.....	11
4 DESENVOLVIMENTO HUMANO DA REGIÃO.....	14
5 O CURSO E A RELAÇÃO COM A REGIÃO ONDE A INSTITUIÇÃO ESTÁ INSERIDA.....	18
6 NÚMERO DE VAGAS.....	20
6.1 PESQUISA ACADÊMICA PARA COMPROVAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DE NÚMERO DE VAGAS.....	28
7 INFRAESTRUTURA.....	31
7.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS	31
7.2 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL – TI	31
7.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES	32
7.4 SALAS DE AULA.....	33
7.5 ESPAÇO DE AULA SMART.....	33
7.6 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	34
7.7 AUDITÓRIO	35
7.8 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO.....	35
7.9 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS.....	36
7.10 BIBLIOTECA.....	36
7.11 BIBLIOTECA DIGITAL	38
7.12 CORPO TÉCNICO DA BIBLIOTECA	39

7.13 ACERVO.....	40
7.14 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	40
7.15 BIBLIOGRAFIA BÁSICA	41
7.16 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	42
7.17 LABORATÓRIOS.....	42
7.18 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	43
7.19 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS	44

1 INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil tem se tornado progressivamente mais amplo nas últimas décadas, em razão da criação de políticas públicas, programas de financiamento estudantil, bolsas e diferentes modalidades de ingresso que facilitaram o acesso de novos estudantes às instituições de ensino superior. Ainda assim, observa-se que grande parte das vagas ofertadas permanece concentrada em grandes centros urbanos ou em cidades consideradas polos regionais.

Essa concentração impõe desafios significativos para estudantes provenientes de municípios menores ou de regiões interioranas, que muitas vezes precisam se deslocar diariamente por longas distâncias para cursar uma graduação. Além do aumento dos custos com transporte e manutenção, esse deslocamento impacta diretamente na permanência desses estudantes no mercado de trabalho local, uma vez que muitos precisam reduzir sua carga horária laboral ou até mesmo abandonar seus empregos para conciliar os estudos com o tempo de viagem. Soma-se a isso o desgaste físico e os riscos inerentes às viagens diárias entre municípios.

Diante desse cenário, o Centro Universitário Campo Real tem desenvolvido estudos estratégicos de expansão acadêmica, com a implantação e o fortalecimento de campi em regiões que apresentam demanda educacional reprimida. Nesse contexto, destaca-se o Campus de Laranjeiras do Sul, que já se encontra em pleno funcionamento, ofertando cursos presenciais e atendendo estudantes de diversos municípios da região.

Importante ressaltar que o campus passou por processo de avaliação institucional junto ao Ministério da Educação (MEC), tendo obtido conceito 5, a nota máxima atribuída pelo órgão avaliador, o que demonstra o alto padrão de qualidade acadêmica, de infraestrutura e de gestão educacional da instituição.

A partir da consolidação das atividades acadêmicas no município e da análise das demandas regionais, identificou-se a necessidade de ampliar a oferta de cursos de graduação, especialmente na área das ciências jurídicas e sociais aplicadas, com a implantação do curso de Direito no campus de Laranjeiras do Sul.

A região da Cantuquiriguaçu, composta por 21 municípios e com população aproximada de 215 mil habitantes, apresenta importantes desafios relacionados ao acesso à justiça, à efetivação de direitos e ao fortalecimento das instituições públicas e da cidadania. Muitos municípios enfrentam limitações estruturais no que se refere

à disponibilidade de profissionais qualificados para atuação em áreas jurídicas fundamentais, como a administração pública, a advocacia, a mediação de conflitos e a atuação em órgãos do sistema de justiça.

Nesse contexto, observa-se a necessidade de ampliar a formação de profissionais do Direito capazes de atuar tanto no setor público quanto no setor privado, contribuindo para o fortalecimento das instituições democráticas, para a garantia dos direitos fundamentais e para a promoção da justiça social. A presença de um curso de Direito na própria região possibilita a formação de bacharéis comprometidos com as demandas locais, preparados para atuar em diferentes áreas jurídicas, como advocacia, magistratura, Ministério Público, defensoria pública, procuradorias e demais carreiras jurídicas.

Além disso, a formação jurídica contribui para o fortalecimento das políticas públicas, para o aprimoramento da gestão pública municipal e para o desenvolvimento de práticas de mediação e resolução de conflitos, fundamentais em contextos sociais complexos e em regiões que demandam maior presença institucional.

Assim, a implantação do curso de Direito no Campus de Laranjeiras do Sul do Centro Universitário Campo Real representa uma iniciativa estratégica para o desenvolvimento regional. Além de ampliar o acesso ao ensino superior para estudantes da Cantuquiriguaçu e de municípios vizinhos, o curso contribuirá para a formação de profissionais qualificados, preparados para atuar na defesa dos direitos, no fortalecimento das instituições e na promoção da cidadania.

Dessa forma, a ampliação da oferta acadêmica no campus fortalece o papel da instituição como agente de transformação social, reduzindo barreiras de acesso à educação superior, estimulando a permanência de jovens talentos na região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Cantuquiriguaçu.

2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E REGIONAIS

Laranjeiras do Sul configura-se como um importante município polo da região Centro-Sul do estado do Paraná. Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui aproximadamente 32 mil habitantes, exercendo influência direta sobre os municípios do seu entorno. A cidade está estrategicamente localizada às margens da BR-277,

uma das principais rodovias do país, responsável por ligar o interior do Paraná ao litoral e à fronteira com países do Mercosul, o que favorece a circulação de pessoas, mercadorias e serviços.

Além disso, Laranjeiras do Sul integra a região da Cantuquiriguaçu, composta por 21 municípios, com uma população estimada superior a 215 mil habitantes, caracterizando-se como uma importante área de integração regional. Entre os municípios que compõem essa região está Pinhão, localizado a aproximadamente 84,7 km de distância de Laranjeiras do Sul, o que evidencia a função de centralidade exercida pelo município no atendimento de demandas educacionais, comerciais e de serviços.

A economia regional é estruturada principalmente em três grandes eixos produtivos: a produção agrícola, com destaque para a cultura de grãos como soja, milho e trigo; a pecuária, especialmente nas atividades de bovinocultura de corte, bovinocultura leiteira e suinocultura; e o comércio varejista, que atende tanto a população local quanto os municípios do entorno. Essa dinâmica econômica, típica de regiões interioranas com forte base agropecuária, demanda não apenas profissionais qualificados para atuar nas áreas produtivas, mas também o fortalecimento das estruturas institucionais responsáveis pela garantia de direitos, pela organização social e pela implementação de políticas públicas.

Inserido nesse contexto, o município de Laranjeiras do Sul e os demais municípios da região da Cantuquiriguaçu apresentam indicadores socioeconômicos que evidenciam desafios relevantes no campo do desenvolvimento humano. A região é historicamente conhecida como parte do chamado “bolsão da fome” do Paraná, caracterizando-se por baixos índices de renda média, limitações estruturais em serviços públicos e indicadores de desenvolvimento humano inferiores à média estadual. Tal realidade reforça a necessidade de ampliação das políticas públicas e do fortalecimento dos mecanismos institucionais de proteção social e promoção da cidadania.

Nesse cenário, a área do Direito assume papel estratégico para o desenvolvimento regional, uma vez que está diretamente relacionada à garantia do acesso à justiça, à efetivação de direitos fundamentais e ao fortalecimento das instituições democráticas. A presença de profissionais qualificados na área jurídica é essencial para assegurar a adequada implementação das políticas públicas, o

funcionamento das instituições do sistema de justiça e o atendimento às demandas sociais da população.

A atuação do bacharel em Direito torna-se particularmente relevante em contextos sociais marcados por desigualdades socioeconômicas, como ocorre em diversos municípios da região. Profissionais da área jurídica são fundamentais para atuar em diferentes frentes, como a advocacia, a defensoria pública, o Ministério Público, o Poder Judiciário, as procuradorias municipais, os órgãos da administração pública e as entidades da sociedade civil, contribuindo para a promoção da cidadania, para a mediação de conflitos e para a garantia de direitos individuais e coletivos.

Além disso, a formação jurídica regional contribui para ampliar a presença de profissionais comprometidos com as demandas locais, preparados para atuar em áreas como direito público, políticas públicas, direito agrário, direito do trabalho e direitos sociais, temas diretamente relacionados à realidade econômica e social da região.

Dessa forma, a implantação do curso de Direito no Campus de Laranjeiras do Sul representa uma iniciativa relevante para o fortalecimento institucional da região da Cantuquiriguaçu, contribuindo para a ampliação do acesso à justiça, para o desenvolvimento das políticas públicas e para a formação de profissionais comprometidos com a promoção da dignidade humana, da cidadania e do desenvolvimento social.

Na região da Cantuquiriguaçu, diversos municípios enfrentam limitações estruturais no que se refere à oferta e ao acesso efetivo aos serviços de justiça e à presença de profissionais qualificados na área jurídica. Órgãos fundamentais do sistema de justiça e das políticas públicas — como Defensorias Públicas, Procuradorias Municipais, Conselhos Tutelares, varas judiciais, serviços de assistência jurídica e órgãos da administração pública — frequentemente operam com equipes reduzidas ou com limitações técnicas para atender de forma plena às demandas da população. Além disso, estruturas ligadas à proteção social e à garantia de direitos, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), as redes de proteção à criança e ao adolescente e os serviços voltados à defesa dos direitos humanos, demandam constantemente profissionais com sólida formação jurídica para a adequada orientação e encaminhamento das demandas da comunidade.

Portanto, observa-se a necessidade de ampliar a formação regionalizada de profissionais do Direito, capazes de atuar na promoção do acesso à justiça, na mediação de conflitos, na defesa dos direitos fundamentais e no fortalecimento das políticas públicas. A presença de bacharéis em Direito qualificados contribui para ampliar a capacidade institucional dos municípios, fortalecer a administração pública, apoiar a atuação das redes de proteção social e garantir maior efetividade na implementação das normas jurídicas e das políticas públicas.

Diante desse cenário, a implantação do curso de Direito no Campus de Laranjeiras do Sul do Centro Universitário Campo Real apresenta-se como uma iniciativa estratégica para o desenvolvimento regional. A oferta inicial de 80 vagas anuais permitirá atender parte da demanda por formação de profissionais qualificados, capazes de atuar em diferentes campos do Direito, tanto na esfera pública quanto na iniciativa privada, contribuindo para o fortalecimento institucional dos municípios, para a ampliação do acesso à justiça e para a promoção da cidadania.

Adicionalmente, o contexto socioeconômico da região evidencia a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais como instrumento de transformação social. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município de Laranjeiras do Sul apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,706, considerado de alto desenvolvimento humano. Esse indicador, aliado às características socioeconômicas da região da Cantuquiriguaçu, historicamente marcada por desafios relacionados à renda, à inclusão social e ao acesso a serviços públicos, reforça a importância da expansão da educação superior como ferramenta de promoção do desenvolvimento regional, da qualificação profissional e do fortalecimento das instituições responsáveis pela garantia de direitos e pela promoção da justiça social. Dessa forma, a implantação e consolidação do curso de Direito no município contribuem não apenas para ampliar o acesso ao ensino superior, mas também para fortalecer o capital humano regional, possibilitando a formação de profissionais comprometidos com a ética, com a ciência e com o desenvolvimento social da região da Cantuquiriguaçu.

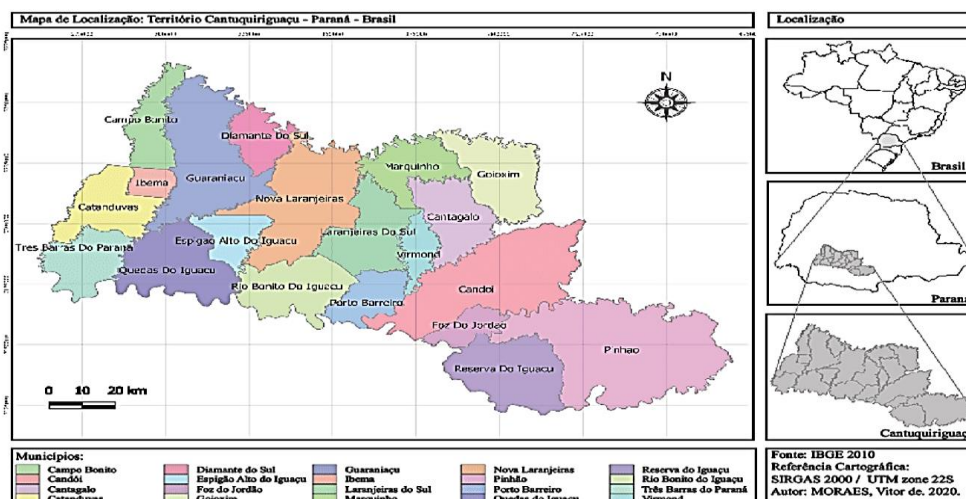
Quadro 1 – municípios da região com menos de 50 km de distância

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA	POPULAÇÃO
Candói	41.5 km	16.053
Espigão Alto do Iguaçu	42.6 km	4.048
Foz do Jordão	46.9 km	4.556
Goioxim	48.5 km	7.053
Marquinho	36.6 km	4.340
Nova Laranjeiras	17.6 km	11.507
Porto Barreiro	15.5 km	3.184
Rio Bonito do Iguaçu	14.8 km	13.255
Saudade do Iguaçu	37.8 km	5.539
Sulina	46.1 km	2.930
Virmond	21.4 km	4.022
TOTAL DE HABITANTES		76.487

Fonte: Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu (2022)

Ainda, Laranjeiras do Sul faz parte da região denominada Cantuquiriguaçu, que conta um número considerável de municípios, como se pode ver na imagem 01 e no quadro 02 a seguir:

Imagem 01 – Região da Cantuquiriguaçu



Fonte: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/tag/territorio-cantuquiriguacu>, acesso em 03/02/2026.

Quadro 2 – municípios que fazem parte da Cantuquiriguaçu, população e distância destas em relação a Laranjeiras do Sul

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA	POPULAÇÃO
Campo Bonito	72.56 km	3.763
Candói	41.5 km	16.053
Cantagalo	28.65 km	13.329
Catanduvras	78.05 km	10.167
Diamante do Sul	50.04 km	3.424
Espigão Alto do Iguaçu	42.6 km	4.048
Foz do Jordão	46.9 km	4.556
Goioxim	48.5 km	7.053
Guaraniaçu	57.26 km	12.217
Ibema	69.07 km	6.370
Laranjeiras do Sul	-	32.227
Marquinho	36.6 km	4.340
Nova Laranjeiras	17.6 km	11.507
Palmital	62.39 km	12.960
Pinhão	84.73 km	32.559
Porto Barreiro	15,5 km	3.184
Quedas do Iguaçu	51.28 km	34.409
Reserva do Iguaçu	58.96 km	8.069
Rio Bonito do Iguaçu	14,8 km	13.255
Três Barras do Paraná	76.53 km	12.038
Virmond	21.4 km	4.022
TOTAL DE HABITANTES		215.496

Fonte: Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu (2026)

O Município de Laranjeiras do Sul, localizado na região Centro-Sul do estado do Paraná, possui população de 32.227 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com estimativa populacional de aproximadamente 33.103 habitantes em 2026. A maior parte da população reside na área urbana, mantendo a característica histórica do

município de predominância urbana, com cerca de 81% da população vivendo na zona urbana e aproximadamente 19% na zona rural.

O município está situado a aproximadamente 316 km da capital Curitiba e a cerca de 110 km do município de Guarapuava, importante polo regional que conta com aeroporto em operação e voos regulares, o que facilita a conexão da região com outros centros urbanos do estado.

De acordo com dados do IBGE, o município apresenta Produto Interno Bruto (PIB) superior a R\$ 1,2 bilhão, com PIB per capita superior a R\$ 36 mil, evidenciando crescimento econômico significativo nas últimas décadas. A economia local é diversificada, com destaque para os setores de serviços, administração pública, comércio e agropecuária, que exercem papel importante na geração de emprego e renda na região.

No que se refere ao desenvolvimento humano, Laranjeiras do Sul apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,706, considerado alto, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O município também exerce relevante papel regional, sendo um dos principais centros administrativos, educacionais e de prestação de serviços da região da Cantuquiriguaçu, atendendo não apenas sua população local, mas também diversos municípios do entorno.

Além de sua relevância econômica e administrativa, Laranjeiras do Sul possui importante patrimônio histórico e cultural, resultado de sua trajetória como capital do extinto Território Federal do Iguaçu entre 1943 e 1946, fato que contribuiu para a formação de sua identidade histórica e cultural.

3 CURSO DE DIREITO E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE LARANJEIRAS DO SUL

A presença e a atuação de profissionais do Direito na região de Laranjeiras do Sul são fundamentais para garantir o acesso da população à justiça, à efetivação dos direitos fundamentais e ao fortalecimento das instituições públicas responsáveis pela promoção da cidadania. O município de Laranjeiras do Sul, localizado na região Centro-Sul do estado do Paraná, possui população de 32.227 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com estimativa populacional superior a 33 mil habitantes em

2026.

Além de sua relevância local, Laranjeiras do Sul exerce papel estratégico como polo regional de serviços públicos, comércio, educação e atendimento institucional, atendendo diretamente a diversos municípios da região da Cantuquiriguaçu, território que reúne aproximadamente 21 municípios e concentra população superior a 215 mil habitantes. Essa região apresenta características socioeconômicas específicas, com significativa presença de áreas rurais, comunidades tradicionais e municípios de pequeno e médio porte, o que amplia a necessidade de políticas públicas estruturadas e de profissionais qualificados na área jurídica para atuar na defesa de direitos, na mediação de conflitos e no fortalecimento da gestão pública.

Nos últimos anos, o debate sobre acesso à justiça tem se consolidado como um dos temas centrais do Estado Democrático de Direito, especialmente em regiões com maior vulnerabilidade socioeconômica. A efetivação dos direitos sociais, o fortalecimento das instituições públicas e a garantia de acesso à informação jurídica exigem a presença de profissionais qualificados capazes de atuar em diferentes contextos institucionais e comunitários.

Embora o Brasil possua número significativo de advogados e bacharéis em Direito registrados na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a distribuição desses profissionais ainda é desigual, com maior concentração nas capitais e regiões metropolitanas. Em regiões do interior, como o Centro-Sul do Paraná, observa-se a necessidade de ampliar a formação de profissionais comprometidos com a realidade local e preparados para atuar em áreas estratégicas do sistema de justiça, da administração pública e da defesa de direitos.

Nesse contexto, destaca-se o papel das instituições do sistema de justiça e de proteção social, como o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Procuradorias Municipais, os Conselhos Tutelares e os serviços vinculados à assistência social. Esses espaços demandam profissionais qualificados para atuar na orientação jurídica da população, na defesa de direitos individuais e coletivos, na mediação de conflitos e no fortalecimento das políticas públicas.

Laranjeiras do Sul também possui importância estratégica no campo da segurança pública e da execução de políticas socioeducativas. O município conta com unidade do Centro de Socioeducação (CENSE), responsável pela execução de

medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, além de sediar estruturas vinculadas à segurança pública, ao sistema penitenciário e ao sistema judiciário, como cadeia pública, delegacias e demais órgãos responsáveis pela garantia da ordem pública e da aplicação da justiça. Essas instituições demandam profissionais do Direito capacitados para atuar em diferentes frentes, incluindo direitos humanos, execução penal, direito da criança e do adolescente e políticas públicas de segurança.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Laranjeiras do Sul, que desempenha papel fundamental na defesa das prerrogativas profissionais, na promoção da cidadania e no desenvolvimento de projetos voltados à educação jurídica e ao acesso à justiça. A parceria institucional entre o Centro Universitário Campo Real e a OAB Subseção de Laranjeiras do Sul possibilitará o desenvolvimento de projetos de extensão, ações comunitárias, programas de orientação jurídica e iniciativas voltadas à promoção dos direitos fundamentais da população regional.

Diante desse cenário, a implantação do curso de Direito em Laranjeiras do Sul representa uma iniciativa estratégica para o fortalecimento das instituições jurídicas da região e para a ampliação do acesso da população aos mecanismos de garantia de direitos. A formação de bacharéis em Direito na própria região possibilita ampliar a presença de profissionais qualificados no sistema de justiça, nas administrações públicas municipais e nas organizações da sociedade civil.

Outro aspecto relevante diz respeito à fixação de profissionais qualificados na região. A oferta do curso localmente reduz o deslocamento de estudantes para centros urbanos maiores, diminuindo o êxodo educacional e estimulando a permanência de jovens talentos na própria região após a conclusão da graduação. Esse movimento contribui diretamente para o desenvolvimento regional, fortalecendo o capital humano e ampliando a capacidade técnica das instituições públicas e privadas.

Além do impacto institucional, a implantação do curso de Direito também gera efeitos positivos no desenvolvimento regional. A formação de novos profissionais contribui para o fortalecimento da advocacia, para a qualificação da gestão pública municipal, para a ampliação da prestação de serviços jurídicos e para o desenvolvimento de iniciativas voltadas à promoção da cidadania e dos direitos

sociais.

A presença de um curso superior nessa área também favorece a implementação de projetos de extensão universitária, núcleos de prática jurídica, programas de atendimento jurídico à comunidade e iniciativas de pesquisa aplicada, ampliando a integração entre universidade e sociedade. Essas ações possibilitam o desenvolvimento de atividades voltadas às necessidades reais da população regional, contribuindo para a ampliação do acesso à justiça e para o fortalecimento das instituições democráticas.

Nesse contexto, a implantação do curso de Direito em Laranjeiras do Sul configura-se como uma iniciativa de grande relevância social, educacional e institucional. Ao alinhar formação acadêmica de qualidade, atividades práticas, projetos de extensão e iniciação científica, o curso contribuirá para o fortalecimento do sistema de justiça, para a promoção da cidadania e para o desenvolvimento sustentável de toda a região da Cantuquiriguaçu, ampliando o acesso da população aos mecanismos de garantia de direitos e promovendo impacto direto na qualidade de vida da comunidade.

4 DESENVOLVIMENTO HUMANO DA REGIÃO

O município de Laranjeiras do Sul, localizado na região Centro-Sul do estado do Paraná, possui população de 32.227 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, com estimativa de aproximadamente 33 mil habitantes em 2025. O município apresenta densidade demográfica de 47,84 habitantes por km² e desempenha importante papel como centro regional de serviços, educação e saúde para diversos municípios do entorno.

No que se refere ao desenvolvimento humano, o município apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,706, considerado alto, evidenciando avanços nas áreas de renda, educação e longevidade ao longo das últimas décadas. Em 2000, o IDHM era de 0,598, demonstrando evolução significativa em pouco mais de uma década. No entanto, o desenvolvimento humano do Centro-Sul paranaense apresentou índices insatisfatórios, quando comparado às demais mesorregiões do Estado, mesmo com a evolução dos últimos anos, como apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano das mesorregiões Paranaenses
2000-2010.

Ano	IDHM
2000	0,598
2010	0,706

No município de Laranjeiras do Sul, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) apresentou evolução significativa nas últimas décadas. No ano 2000, o município registrava IDHM de 0,598, indicador considerado de médio desenvolvimento humano, refletindo desafios relacionados principalmente às condições educacionais e à renda da população.

Já em 2010, o índice alcançou 0,706, representando um crescimento absoluto de aproximadamente 18,1% no período analisado. Esse avanço evidencia melhorias nas condições de vida da população, resultado da ampliação do acesso à educação, das políticas públicas de saúde e do crescimento econômico regional. Ainda assim, apesar do avanço observado, o município permanece inserido em um contexto regional que demanda contínuos investimentos em desenvolvimento social e humano.

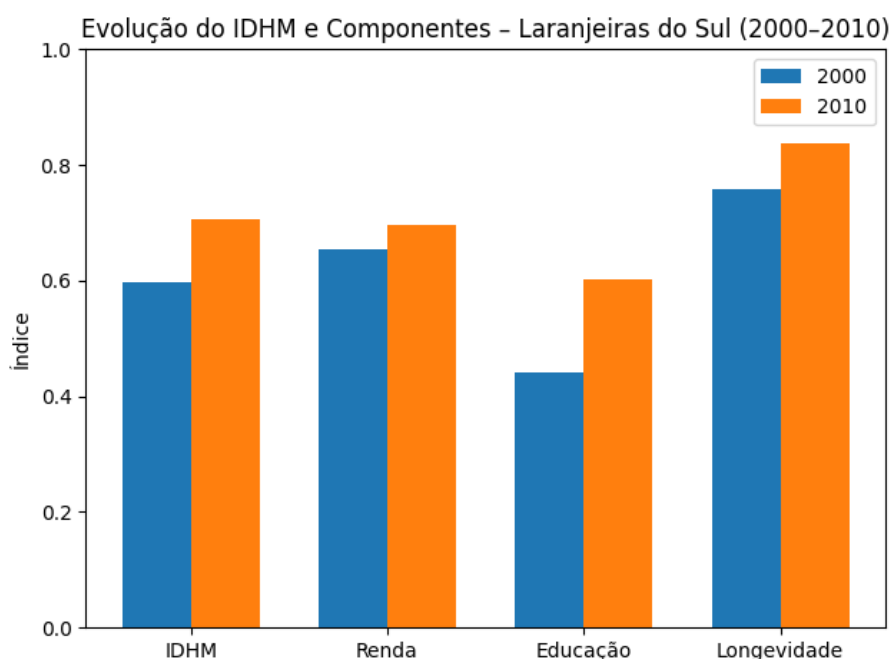
Em 2000, a variável de maior peso na composição do IDHM de Laranjeiras do Sul foi a longevidade, com índice de aproximadamente 0,758, seguida pela renda, com 0,654, e pela educação, que apresentava 0,441, demonstrando que os maiores desafios estavam relacionados ao acesso e à permanência da população nos níveis mais elevados de escolaridade.

Conforme demonstrado na análise dos dados de 2010, as variáveis mantiveram a mesma ordem de contribuição para o índice geral, com destaque novamente para a longevidade, que atingiu 0,838, seguida pela renda, com 0,696, e pela educação, que evoluiu para 0,602. O maior crescimento absoluto foi observado na variável educação, evidenciando avanços importantes nas políticas educacionais e na ampliação do acesso ao ensino básico e superior no município.

A variável renda apresentou crescimento moderado no período, refletindo o fortalecimento das atividades econômicas locais, enquanto a longevidade manteve trajetória positiva, associada à melhoria das condições de saúde e ao acesso ampliado aos serviços públicos.

Esse conjunto de indicadores demonstra que, embora Laranjeiras do Sul tenha avançado de forma significativa em seu desenvolvimento humano, ainda existem oportunidades importantes para o fortalecimento das políticas educacionais, sociais e de saúde, especialmente no que se refere ao desenvolvimento regional e à ampliação da oferta de serviços especializados à população.

Gráfico 1– Subíndices do Índice de Desenvolvimento Humano na Região de Laranjeiras do Sul
– 2000-2010.



Conforme evidencia no gráfico 01, a evolução dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Laranjeiras do Sul demonstra avanços significativos entre os anos de 2000 e 2010. O IDHM do município passou de 0,598 em 2000 para 0,706 em 2010, evidenciando uma melhora expressiva nas condições de vida da população e posicionando o município na faixa de alto desenvolvimento humano ao final do período analisado.

Entre as variáveis que compõem o índice, observa-se que a educação apresentou o maior crescimento absoluto, passando de 0,441 em 2000 para 0,602 em 2010. Apesar desse avanço significativo, a variável educação ainda permanece como o componente mais sensível do desenvolvimento humano local, indicando a necessidade de ampliação contínua das políticas educacionais, especialmente no acesso ao ensino superior e na qualificação profissional da população.

A variável renda também apresentou evolução no período, passando de 0,654

para 0,696, refletindo o fortalecimento gradual das atividades econômicas e a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda no município. Já a variável longevidade, que representa as condições de saúde e expectativa de vida da população, apresentou os índices mais elevados ao longo de todo o período, evoluindo de 0,758 em 2000 para 0,838 em 2010, demonstrando melhorias nas condições de saúde pública e no acesso a serviços básicos.

O avanço observado nos indicadores reforça a relação direta entre desenvolvimento humano, educação e capital humano. Segundo Mincer (1981), o investimento em educação é um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da renda dos trabalhadores e pela melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, a expansão do acesso à educação e a presença de instituições de ensino superior na região desempenham papel fundamental no fortalecimento do capital humano e na promoção do desenvolvimento social e econômico.

Nesse contexto, a presença de universidades e faculdades públicas e privadas na região tem contribuído significativamente para a melhoria dos indicadores educacionais e para a formação de profissionais qualificados, capazes de atender às demandas sociais e econômicas do município e da região. A ampliação da oferta de cursos superiores permite maior acesso da população à educação, reduz o deslocamento de estudantes para outros centros urbanos e favorece a permanência de profissionais qualificados na região.

Assim, a evolução dos indicadores de Laranjeiras do Sul evidencia que o desenvolvimento humano está diretamente relacionado à ampliação das oportunidades educacionais e ao fortalecimento do capital humano. A expansão da oferta de ensino superior, com a implantação de novos cursos, como o curso de Direito, representa uma estratégia relevante para dar continuidade a esse processo de desenvolvimento regional. A formação jurídica qualificada contribui para o fortalecimento das instituições públicas, para a ampliação do acesso à justiça e para a efetivação dos direitos fundamentais da população, especialmente em regiões marcadas por desafios socioeconômicos. Nesse sentido, a presença do curso de Direito no município tende a fortalecer a atuação nas áreas de gestão pública, sistema de justiça, políticas de assistência social, proteção de direitos e promoção da cidadania, colaborando diretamente para a consolidação de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com o desenvolvimento social.

5 O CURSO E A RELAÇÃO COM A REGIÃO ONDE A INSTITUIÇÃO ESTÁ INSERIDA

O curso de Direito a ser ofertado no Campus de Laranjeiras do Sul desempenhará papel estratégico no desenvolvimento social, educacional e institucional da região Centro-Sul do estado do Paraná. O município de Laranjeiras do Sul, com população de 32.227 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,706, considerado de médio desenvolvimento humano. Esse indicador reflete avanços nas áreas de educação, saúde e renda, mas também evidencia a necessidade de fortalecimento contínuo das políticas públicas e das instituições responsáveis pela garantia de direitos.

Além de sua relevância local, Laranjeiras do Sul exerce papel de polo regional de serviços públicos, educação, segurança e sistema de justiça, atendendo diretamente diversos municípios da região da Cantuquiriguaçu, território composto por cerca de 20 municípios e uma população superior a 215 mil habitantes. A região apresenta características socioeconômicas marcadas pela forte presença da agricultura familiar, de comunidades tradicionais e por desafios relacionados ao desenvolvimento social, o que amplia a necessidade de profissionais qualificados na área jurídica para atuar na promoção da cidadania e na efetivação de direitos.

Um aspecto de grande relevância regional refere-se à presença de importantes territórios indígenas e de assentamentos da reforma agrária. A região abriga a Terra Indígena Rio das Cobras, localizada entre os municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, considerada uma das maiores terras indígenas da região Sul do Brasil, com significativa população indígena pertencente principalmente aos povos Kaingang e Guarani. A presença dessas comunidades evidencia a necessidade de profissionais do Direito preparados para atuar em temas relacionados aos direitos indígenas, políticas públicas diferenciadas, proteção territorial e garantia de direitos coletivos.

Outro elemento central na dinâmica social e territorial da região é a presença de grandes assentamentos da reforma agrária. No município de Laranjeiras do Sul está localizado o Assentamento 8 de Junho, reconhecido como um dos maiores assentamentos da reforma agrária da América Latina. Além dele, municípios vizinhos da região também concentram importantes assentamentos rurais, como o

Assentamento Celso Furtado, situado principalmente no município de Quedas do Iguaçu, além de diversos outros assentamentos distribuídos em municípios como Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu. Esses territórios reúnem milhares de famílias e apresentam demandas jurídicas significativas relacionadas a regularização fundiária, direito agrário, políticas públicas rurais, acesso a serviços públicos, mediação de conflitos fundiários e garantia de direitos sociais.

Nesse contexto, a formação de profissionais do Direito na própria região torna-se estratégica para qualificar a atuação institucional em áreas como direito agrário, direitos humanos, direito constitucional, políticas públicas e mediação de conflitos sociais. A presença de profissionais capacitados contribui para fortalecer o diálogo institucional, apoiar a implementação de políticas públicas e ampliar o acesso dessas comunidades aos mecanismos formais de garantia de direitos.

Outro fator relevante refere-se à estrutura regional do sistema de justiça e da segurança pública existente em Laranjeiras do Sul. O município conta com unidades do Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacia de Polícia Civil, estruturas da Polícia Militar, cadeia pública e instituições vinculadas ao sistema de execução penal e socioeducativo. Destaca-se ainda a presença do Centro de Socioeducação (CENSE), responsável pela execução de medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei. Essas instituições demandam profissionais qualificados para atuação nas áreas de direito penal, direito da criança e do adolescente, direitos humanos, políticas de reintegração social e garantia de direitos.

Nesse cenário institucional, a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Laranjeiras do Sul possui papel relevante na promoção da cidadania, no fortalecimento da advocacia e na realização de projetos voltados ao acesso à justiça e à educação jurídica da população. A parceria entre o Centro Universitário Campo Real e a OAB Subseção de Laranjeiras do Sul possibilitará o desenvolvimento de atividades acadêmicas, projetos de extensão, programas de orientação jurídica comunitária e iniciativas voltadas à promoção dos direitos fundamentais da população regional.

A implantação do curso de Direito no campus de Laranjeiras do Sul também contribuirá para reduzir o deslocamento de estudantes da região para centros urbanos maiores, diminuindo o êxodo educacional e estimulando a permanência de jovens talentos na própria região após a conclusão da graduação. Esse movimento fortalece

o capital humano regional e amplia a capacidade técnica das instituições públicas e privadas.

Entre os objetivos do curso está a formação de bacharéis em Direito com sólida base científica, ética e humanística, preparados para atuar em diferentes áreas do sistema jurídico, incluindo advocacia, magistratura, Ministério Público, defensoria pública, procuradorias e gestão pública. A formação jurídica regional também contribuirá para fortalecer a atuação profissional em áreas estratégicas como direito público, direito agrário, direitos indígenas, direitos humanos e políticas públicas.

Outro aspecto relevante refere-se à implantação de um Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), espaço destinado à realização de atividades práticas supervisionadas e ao atendimento jurídico gratuito à comunidade. O NPJ constitui importante instrumento de integração entre universidade e sociedade, permitindo que a formação acadêmica esteja diretamente vinculada às necessidades reais da população regional.

Por meio desse espaço, poderão ser desenvolvidas atividades como orientação jurídica, mediação de conflitos, atendimento à população em situação de vulnerabilidade social e ações de educação em direitos, beneficiando diretamente a população de Laranjeiras do Sul e dos municípios do entorno. Essas iniciativas contribuem para ampliar o acesso à justiça e fortalecer as redes de proteção social.

Dessa forma, a implantação do curso de Direito no Campus de Laranjeiras do Sul representa uma iniciativa de grande relevância social, educacional e institucional. Ao alinhar formação acadêmica de qualidade, atividades práticas supervisionadas, projetos de extensão e produção científica, o curso contribuirá para o fortalecimento das instituições jurídicas da região, para a promoção da cidadania e para o desenvolvimento sustentável de toda a região da Cantuquiriguaçu, ampliando o acesso da população aos mecanismos de garantia de direitos e promovendo impacto direto na qualidade de vida da comunidade.

6 NÚMERO DE VAGAS

O acesso ao curso de Direito do Campus de Laranjeiras do Sul ocorrerá por diferentes modalidades, sendo a principal delas o vestibular institucional, no qual os candidatos participarão dos processos seletivos realizados duas vezes ao ano, tradicionalmente nos meses de julho e novembro, com datas previstas no calendário acadêmico institucional.

O processo seletivo será composto por prova de conhecimentos gerais, com questões de múltipla escolha, e redação, avaliando competências e habilidades adquiridas durante o Ensino Médio. A prova respeitará o nível e a complexidade dos conhecimentos compatíveis com a formação básica e estará alinhada às diretrizes curriculares nacionais do Ensino Médio. Além da realização nas datas oficiais do processo seletivo, o candidato também poderá optar pela modalidade de vestibular agendado, realizada em datas previamente disponibilizadas pela instituição.

Nesses processos seletivos serão ofertadas 80 vagas anuais para o curso de Direito. Os candidatos aprovados no processo seletivo de inverno ou verão garantirão seu ingresso nas turmas com início anual no mês de fevereiro, desde que classificados dentro do número de vagas disponíveis, podendo haver formação de lista de espera para eventuais convocações adicionais.

Outra forma de acesso ao curso ocorrerá por meio de transferências internas e externas, mediante análise de histórico escolar e estudo de aproveitamento de disciplinas já cursadas no curso de origem do estudante, possibilitando sua matrícula no período correspondente no curso de destino.

Haverá também a possibilidade de ingresso para obtenção de novo título de graduação, modalidade destinada a candidatos que já possuam diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação. Nesse caso, o ingresso ocorrerá mediante análise documental e estudo de aproveitamento de disciplinas, podendo haver dispensa de componentes curriculares já cursados em cursos anteriores.

Outra forma de ingresso será por meio da utilização da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os estudantes que participarem do ENEM e se inscreverem para obtenção de bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni) nos cursos ofertados pela instituição, quando contemplados, terão o ingresso assegurado com base na nota obtida no exame, sem necessidade de realização de novo processo seletivo.

O curso de Direito tem se consolidado historicamente como uma das formações mais relevantes na área das ciências sociais aplicadas no Brasil, exercendo papel central na organização das instituições democráticas, na garantia dos direitos fundamentais e no funcionamento do Estado de Direito. A importância dessa formação vai além da preparação técnica para o exercício da advocacia, abrangendo também a

formação de profissionais aptos a atuar em diferentes áreas do sistema de justiça, da administração pública e da promoção da cidadania.

A crescente procura pelo curso pode ser explicada, em grande medida, pela ampliação da consciência social acerca da importância do acesso à justiça e da defesa dos direitos individuais e coletivos. Questões relacionadas à garantia de direitos sociais, conflitos fundiários, proteção de grupos vulneráveis, violência, desigualdades sociais e acesso a políticas públicas exigem cada vez mais a presença de profissionais qualificados na área jurídica.

Nesse contexto, o bacharel em Direito assume papel fundamental na atuação junto a diferentes instituições públicas e privadas, incluindo o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, procuradorias municipais, órgãos da administração pública, organizações da sociedade civil e escritórios de advocacia, contribuindo diretamente para a promoção da justiça, da cidadania e do desenvolvimento social.

Na região de Laranjeiras do Sul e nos municípios que compõem o território da Cantuquiriguaçu, observa-se uma demanda significativa por profissionais do Direito preparados para atuar em áreas estratégicas como direito público, direito agrário, direitos humanos, direito da criança e do adolescente, mediação de conflitos e implementação de políticas públicas.

A presença de importantes territórios indígenas, grandes assentamentos da reforma agrária e municípios com desafios socioeconômicos relevantes amplia a necessidade de profissionais qualificados capazes de atuar na defesa de direitos coletivos, na mediação de conflitos sociais e na promoção do acesso à justiça para populações historicamente vulnerabilizadas.

Além disso, a própria estrutura regional do sistema de justiça, composta por unidades do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias de Polícia, cadeia pública, Centro de Socioeducação (CENSE) e demais instituições vinculadas à segurança pública, demanda continuamente profissionais qualificados para atuação nas diversas áreas do Direito.

Nesse contexto, a implantação do curso de Direito no Campus de Laranjeiras do Sul contribui diretamente para a formação de profissionais comprometidos com as demandas regionais, preparados para atuar no fortalecimento das instituições

públicas, na promoção da cidadania e na ampliação do acesso da população aos mecanismos de garantia de direitos.

Tabela 2 – Indicadores regionais de abrangência da subseção da OAB de Laranjeiras do Sul

Município	População estimada	Estrutura judicial	Delegacia	Advogados estimados	Observações jurídicas relevantes
Laranjeiras do Sul	32.227	Fórum da Comarca	Sim	250	Polo regional do sistema de justiça
Quedas do Iguaçu	31.000	Comarca vinculada	Sim	50	Assentamento Celso Furtado
Rio Bonito do Iguaçu	13.000	Comarca vinculada	Sim	20	Forte presença de assentamentos
Cantagalo	13.000	Comarca vinculada	Sim	20	Demandas agrárias
Guaraniaçu	14.000	Comarca vinculada	Sim	25	Agricultura familiar
Nova Laranjeiras	11.000	Comarca vinculada	Sim	10	Terra Indígena Rio das Cobras
Espigão Alto do Iguaçu	6.000	Comarca vinculada	Sim	8	Território indígena
Marquinho	5.000	Comarca vinculada	Não	5	População rural
Porto Barreiro	3.500	Comarca vinculada	Não	3	Agricultura familiar
Virmond	4.000	Comarca vinculada	Não	3	Pequeno porte

Fonte: Subseção da OAB de Laranjeiras do Sul (2025)

A análise dos dados demográficos e da estrutura do sistema de justiça na região evidencia de forma clara a relevância estratégica da oferta do curso de Direito em Laranjeiras do Sul. O município constitui-se como o principal polo jurídico da região da Cantuquiriguaçu, sediando o Fórum da Comarca e concentrando parte significativa das atividades jurisdicionais e administrativas relacionadas ao sistema de justiça. Essa centralidade institucional faz com que demandas judiciais e extrajudiciais de diversos

municípios vizinhos sejam direcionadas ao município, reforçando seu papel como centro regional de serviços jurídicos.

Quando se observa a relação entre população e número estimado de advogados, percebe-se que Laranjeiras do Sul possui aproximadamente 250 profissionais da advocacia para uma população superior a 32 mil habitantes, configurando uma proporção aproximada de um advogado para cada 128 habitantes. Esse indicador revela não apenas a presença consolidada da atividade jurídica no município, mas também sua função de atendimento regional, já que grande parte desses profissionais atua em demandas provenientes de municípios vizinhos vinculados à mesma comarca.

Os municípios do entorno, como Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Cantagalo, Guaraniaçu, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu, Marquinho, Porto Barreiro e Virmond, somam juntos cerca de 100 mil habitantes adicionais que, em grande medida, dependem da estrutura jurídica sediada em Laranjeiras do Sul. Nessas localidades, o número estimado de advogados é significativamente menor, variando entre 3 e 50 profissionais por município, o que evidencia forte dependência do polo regional para a condução de processos judiciais, atuação profissional especializada e acesso à prestação jurisdicional.

Além disso, a região apresenta características sociais e territoriais específicas que ampliam a complexidade das demandas jurídicas. Destacam-se questões agrárias relacionadas a assentamentos rurais, como no município de Quedas do Iguaçu, onde se localiza o Assentamento Celso Furtado, bem como a presença de territórios indígenas, como a Terra Indígena Rio das Cobras em Nova Laranjeiras e áreas indígenas em Espigão Alto do Iguaçu. Soma-se a isso a predominância da agricultura familiar e de populações rurais em diversos municípios, o que gera demandas jurídicas nas áreas de direito agrário, ambiental, previdenciário, civil e de regularização fundiária.

Nesse contexto, a implantação e manutenção de um curso de Direito em Laranjeiras do Sul revela-se não apenas pertinente, mas necessária para o fortalecimento institucional da região. A formação local de profissionais qualificados contribui para ampliar o acesso à justiça, fortalecer a atuação da advocacia regional, qualificar a prestação de serviços jurídicos e apoiar o desenvolvimento social e institucional dos municípios da região da Cantuquiriguaçu. Dessa forma, o curso de

Direito passa a desempenhar papel fundamental na formação de profissionais comprometidos com as realidades locais e com a promoção da cidadania e da justiça social.

Tabela 3 – Estrutura regional do Sistema de Justiça

Instituição	Localização	Função
Fórum da Comarca	Laranjeiras do Sul	Julgamento de processos cíveis, criminais e família
Ministério Público	Laranjeiras do Sul	Fiscal da lei e defesa da ordem jurídica
Defensoria Pública	Laranjeiras do Sul	Assistência jurídica gratuita
Polícia Civil	Laranjeiras do Sul	Investigação criminal
Polícia Militar	Região Cantuquiriguaçu	Segurança pública
Cadeia Pública	Laranjeiras do Sul	Custódia provisória
CENSE	Laranjeiras do Sul	Medidas socioeducativas
Conselho Tutelar	Municípios da região	Defesa de direitos da criança e adolescente

Fonte: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (2025).

A estrutura institucional presente em Laranjeiras do Sul demonstra que o município exerce papel central na organização e funcionamento do sistema de justiça na região da Cantuquiriguaçu. A concentração de órgãos ligados à administração da justiça, à segurança pública e à garantia de direitos evidencia que a cidade se consolidou como referência regional para o atendimento de demandas jurídicas provenientes de diversos municípios do entorno.

Entre as principais instituições instaladas no município destaca-se o Fórum da Comarca, responsável pela condução e julgamento de processos nas áreas cível, criminal e de família. A atuação dessa unidade jurisdicional atende não apenas a população local, mas também cidadãos de municípios vinculados à mesma comarca, o que amplia significativamente o volume de processos e a complexidade das demandas analisadas.

No mesmo território também se encontra a unidade do Ministério Público, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, responsável por zelar pelo cumprimento das leis e pela proteção de interesses coletivos e difusos. Sua atuação

envolve, entre outras áreas, a fiscalização da administração pública, a defesa do patrimônio público, a proteção do meio ambiente e a tutela dos direitos da criança e do adolescente.

A presença da Defensoria Pública igualmente representa elemento fundamental para garantir o acesso à justiça, especialmente para cidadãos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em uma região com significativa presença de comunidades rurais e populações com menor acesso a serviços jurídicos privados, a assistência jurídica gratuita assume papel essencial na concretização de direitos fundamentais.

No campo da segurança pública, o município abriga a estrutura da Polícia Civil, responsável pela investigação de infrações penais, enquanto a Polícia Militar realiza o policiamento ostensivo em toda a região da Cantuquiriguaçu. Esse conjunto institucional compõe a base operacional do sistema de segurança e justiça criminal, exigindo constante interação com profissionais da área jurídica.

Outro componente relevante dessa rede institucional é a Cadeia Pública de Laranjeiras do Sul, destinada à custódia provisória de pessoas privadas de liberdade, além do CENSE – Centro de Socioeducação, voltado à execução de medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei. Tais estruturas ampliam o campo de atuação do Direito, especialmente nas áreas penal, processual penal e socioeducativa.

Complementarmente, os Conselhos Tutelares existentes nos municípios da região atuam na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, encaminhando situações de vulnerabilidade e violação de direitos que frequentemente demandam acompanhamento jurídico e articulação com o sistema de justiça.

Diante desse cenário institucional abrangente, observa-se que Laranjeiras do Sul concentra diversos serviços fundamentais relacionados à aplicação da justiça e à proteção de direitos. Esse contexto reforça a relevância da formação jurídica no próprio território, contribuindo para qualificar profissionais capazes de atuar nas diferentes instituições presentes na região e de atender às demandas sociais e jurídicas que caracterizam a realidade da Cantuquiriguaçu.

Tabela 4 – Indicadores da Demanda Jurídica

Indicador	Valor estimado
População da Cantuquiriguaçu	Aproximadamente 215.000 habitantes

Municípios da região	20
Advogados da subseção OAB Laranjeiras	Aproximadamente 396
Processos judiciais em tramitação	12.000
Relação advogado/população	1 advogado para 750 pessoas
Assentamentos rurais relevantes	8 de Junho, Celso Furtado
Terra indígena	Rio das Cobras
Instituições socioeducativas	CENSE
Principais demandas jurídicas	Direito agrário, família, penal, previdenciário, direitos indígenas

Fonte: Subseção da OAB de Laranjeiras do Sul (2025)

A análise dos indicadores regionais evidencia um cenário que reforça a necessidade de fortalecimento da formação jurídica na região da Cantuquiriguaçu. A região reúne aproximadamente 215 mil habitantes distribuídos em 20 municípios, configurando um território amplo, com demandas sociais e jurídicas diversificadas que exigem acesso qualificado aos serviços jurídicos e às instituições do sistema de justiça.

No entanto, quando se observa a quantidade de profissionais disponíveis para atender essa população, percebe-se uma relação que revela importante desafio estrutural. A subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Laranjeiras do Sul conta com aproximadamente 396 advogados inscritos, o que resulta em uma proporção estimada de cerca de um advogado para cada 750 habitantes. Esse indicador demonstra que, apesar da presença da advocacia organizada na região, o número de profissionais ainda é relativamente limitado diante da dimensão populacional e da diversidade de demandas jurídicas existentes.

Esse cenário torna-se ainda mais relevante quando se considera que grande parte desses advogados está concentrada no município sede da comarca, enquanto muitos municípios da região possuem poucos profissionais atuando localmente. Assim, parcela significativa da população depende do deslocamento até Laranjeiras do Sul ou da atuação de profissionais que atendem simultaneamente diversas

localidades, o que pode dificultar o acesso rápido e efetivo à orientação jurídica e à defesa de direitos.

Além disso, a região apresenta características sociais específicas que ampliam o volume e a complexidade das demandas jurídicas. A presença de assentamentos rurais relevantes, como os assentamentos 8 de Junho e Celso Furtado, gera frequentes discussões relacionadas ao direito agrário, regularização fundiária e políticas públicas voltadas ao campo. Soma-se a isso a existência da Terra Indígena Rio das Cobras, que envolve questões jurídicas próprias relacionadas aos direitos dos povos indígenas e à proteção territorial.

Outro elemento que evidencia a intensidade das demandas é o número expressivo de processos judiciais em tramitação, estimado em aproximadamente 12 mil. Esse volume reflete a diversidade de conflitos e situações jurídicas presentes no território, envolvendo áreas como direito de família, direito penal, direito previdenciário e direitos coletivos.

Diante desse contexto, a proporção entre população e número de advogados revela a necessidade de ampliação da formação de profissionais qualificados na própria região. A presença de um curso de Direito em Laranjeiras do Sul contribui diretamente para suprir essa demanda, formando novos profissionais preparados para atuar nas diferentes áreas do sistema jurídico e para atender às necessidades específicas da população da Cantuquiriguaçu, fortalecendo o acesso à justiça e o desenvolvimento institucional regional.

6.1 PESQUISA ACADÊMICA PARA COMPROVAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DE NÚMERO DE VAGAS

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário Campo Real atua de forma permanente e estratégica no processo de avaliação institucional, auxiliando os colegiados de cursos e os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) no desenvolvimento de pesquisas de satisfação e no alinhamento de dados que subsidiam o aprimoramento contínuo dos cursos de graduação.

No curso de Direito do Campus de Laranjeiras do Sul, os resultados das avaliações institucionais também serão considerados como importantes instrumentos de diagnóstico e planejamento acadêmico. Aspectos como adequação do corpo docente, atualização de bibliografias, definição do número de vagas e melhorias na

infraestrutura são analisados a partir dos dados obtidos por meio dos processos avaliativos conduzidos pela CPA.

Essas avaliações são realizadas de forma periódica ao longo dos semestres letivos, envolvendo a participação do corpo docente, discente e demais integrantes da comunidade acadêmica, garantindo um processo participativo e transparente. Os resultados obtidos são posteriormente socializados com os diferentes segmentos institucionais, possibilitando a construção coletiva de estratégias de melhoria.

A atuação da CPA está alinhada à Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esse sistema compreende três componentes fundamentais: a avaliação institucional, a avaliação dos cursos e a avaliação do desempenho dos estudantes, realizada por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Esses elementos constituem pilares essenciais para o monitoramento e a garantia da qualidade da educação superior.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a avaliação institucional permite realizar um diagnóstico abrangente sobre o funcionamento das instituições de ensino superior, considerando aspectos como infraestrutura física e tecnológica, políticas de gestão acadêmica, qualificação do corpo docente, planejamento pedagógico, ações de extensão, responsabilidade social e políticas de inclusão. Com base nesses resultados, as instituições podem identificar pontos fortes e fragilidades, orientando processos de melhoria contínua e aperfeiçoamento institucional.

Nesse contexto, o Centro Universitário Campo Real realiza pesquisas semestrais de satisfação com a comunidade acadêmica, envolvendo estudantes, professores, tutores e colaboradores administrativos. Essas pesquisas abordam aspectos relacionados à qualidade do processo de ensino-aprendizagem, disponibilidade de recursos didáticos e tecnológicos, suporte técnico e pedagógico, além da percepção sobre a adequação do número de vagas e da infraestrutura disponível, sendo organizadas e sistematizadas pela CPA.

Os instrumentos de coleta de dados são elaborados a partir de metodologias que integram abordagens quantitativas e qualitativas, possibilitando uma análise abrangente sobre diversos aspectos institucionais, incluindo qualidade do corpo docente, infraestrutura do campus, organização acadêmica e processos pedagógicos.

Outro elemento importante considerado no processo de avaliação institucional refere-se à análise das taxas de evasão e retenção dos cursos da instituição. Esse estudo permite compreender os fatores que influenciam tanto o abandono quanto a permanência dos estudantes ao longo da trajetória acadêmica. A análise desses indicadores possibilita identificar se aspectos relacionados à metodologia de ensino, atuação docente, organização curricular ou infraestrutura pedagógica podem estar impactando o desempenho acadêmico ou a permanência dos estudantes.

A partir desses dados, a instituição pode propor ações concretas para a redução da evasão, como a reformulação de práticas pedagógicas, investimentos em infraestrutura, implementação de programas de apoio acadêmico e psicológico aos estudantes, além da ampliação de políticas de bolsas e incentivos institucionais.

Nesse sentido, o acompanhamento das taxas de evasão e retenção se consolida como uma importante ferramenta de gestão acadêmica e planejamento institucional, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade do ensino e para a formação de profissionais mais preparados e comprometidos com sua trajetória formativa.

Outro instrumento relevante adotado pelo Centro Universitário Campo Real refere-se ao acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes por meio de avaliações e simulados institucionais. Essa prática tem como objetivo monitorar o processo de aprendizagem ao longo do curso e promover a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Por meio de provas regulares, avaliações diagnósticas e simulados institucionais, a instituição obtém indicadores sobre o nível de domínio dos conteúdos pelos estudantes em diferentes etapas da formação. Esses resultados permitem que os cursos, por meio da atuação conjunta do NDE e da CPA, identifiquem pontos fortes e fragilidades no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a implementação de intervenções pedagógicas direcionadas, como programas de nivelamento, reforço acadêmico, replanejamento de conteúdos e adoção de metodologias ativas de ensino.

Os simulados também desempenham importante papel na preparação dos estudantes para avaliações externas, como o ENADE e exame da OAB, além de contribuírem para o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico e da capacidade de análise dos acadêmicos.

A análise sistemática desses resultados também subsidia a tomada de decisões institucionais, fortalece os processos de autoavaliação dos cursos e integra o conjunto de práticas avaliativas previstas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Dessa forma, o curso de Direito do Campus de Laranjeiras do Sul utilizará de forma ativa todos esses instrumentos institucionais de avaliação para monitorar continuamente o processo de formação acadêmica, identificar oportunidades de melhoria e promover o aperfeiçoamento constante das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esse processo reafirma o compromisso institucional do Centro Universitário Campo Real com a excelência acadêmica, a qualidade da formação profissional e o desenvolvimento contínuo dos cursos ofertados, contribuindo para a formação de psicólogos qualificados e comprometidos com as demandas sociais da região.

7 INFRAESTRUTURA

7.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

A coordenação do curso está instalada em uma sala individual, com computador com acesso à internet e acesso a rede sem fio, mesa, telefone, armário para a guarda de documentos e demais acessórios pertinentes à sua atividade. Há também apoio técnico-administrativo. Os integrantes do NDE e os docentes em tempo integral e parcial, dos cursos existentes na IES, atualmente, possuem uma sala específica, também com computadores com acesso à internet, ramal telefônico, acesso a rede sem fio e apoio técnico-administrativo.

7.2 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL – TI

Todos os docentes contratados em regime de trabalho de tempo integral possuem salas/gabinetes com disponibilidade de equipamentos de informática (computador/notebook/acesso wireless) com dimensões adequadas e condições de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade extremamente satisfatórias.

A Instituição disponibiliza salas/estações de trabalho para cada um dos docentes em regime de trabalho integral, algumas individuais, outras de uso coletivo

pelos docentes. As salas são dispostas conforme as necessidades da IES e do Curso a que está vinculado o professor em período integral, dispõem de sofás, cadeiras e mesas.

As mesas disponíveis são coletivas e há individuais, de modo que o trabalho do docente tenha a comodidade necessária às atividades desenvolvidas. É disponibilizada ainda uma sala de reuniões ampla e arejada para as atividades a que se propõem cujo uso depende de agendamento prévio. Todos os espaços de trabalhos destinados aos docentes integrais são dotados de infraestrutura de informática, e acessíveis por meio de rampas de acesso e/ou plataforma elevatória/elevador, sinalização em braile, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação.

Os docentes têm disponível café com leite, água e lanche, além disso, a IES possui cantina e restaurante para atender às demandas de cada colaborador proporcionando o melhor conforto em seu ambiente de trabalho.

7.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

A sala de professores atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

Há uma sala de professores distribuídas. Com bancadas disponibilizadas para o uso de equipamento próprio de informática e/ou computadores e equipamentos da instituição dentre eles scanner para digitalização de materiais, impressoras, Datashow, material pedagógico, telefone, acesso irrestrito à internet, via cabo ou wifi e demais equipamentos de informática. Há também equipe de apoio aos professores e coordenadores, com atendente que auxiliam nas solicitações acadêmicas e de equipamentos/materiais. As salas destinadas à permanência dos professores possuem fornecimento de café e água ininterruptos e são dotadas de excelentes condições de manutenção, limpeza, iluminação, acústica, ventilação e segurança.

A sala comporta confortavelmente os professores. A sala dos professores é localizada em ambiente térreo e são plenamente acessível, sinalização em braile,

sonora, direcionamento tátil, mobiliário adaptado e atendimento preferencial. Uma equipe de apoio sempre disponível para atender as demandas como: entrega de atas de avaliações e de aulas, entrega de avaliações, entrega de equipamentos (data show, som, microfone).

7.4 SALAS DE AULA

O Campus possui, atualmente, 13 salas de aula que comportam aproximadamente 50 alunos cada..

Todas as salas de aula estão equipadas com carteiras em excelente estado de conservação e cadeiras estofadas, quadro branco, tomadas para a instalação de equipamentos didático-pedagógicos (TV, DVD, Datashow, Retroprojeto etc.). Possuem ventiladores e iluminação com lâmpadas fluorescentes em quantidade adequada para garantir o conforto dos alunos. Existem salas para turmas de 25 a 50 alunos, procurando manter uma média de 1,50 m² por aluno.

7.5 ESPAÇO DE AULA SMART

O Espaço Smart é mais um espaço com tecnologia para discussão e compartilhamento de diferentes modelos metodológicos de ensino. Além disso, a Plataforma Smart é um ambiente virtual destinado à construção do conhecimento, proporcionando distribuição e desenvolvimento das atividades acadêmicas. É um local tecnológico destinado a realização de atividades que demandem o uso de tecnologia para além dos laboratórios de informática. Ela é comumente destinada para o uso em atividades de metodologias ativas. Neste ambiente os alunos dispõem de apoio tecnológico para acesso a plataforma virtuais, uso de computadores para realização das atividades, atendimento contínuo, suporte para uso de softwares específicos.

A Instituição conta também com a utilização e o fornecimento para os acadêmicos em aula, de óculos de realidade virtual. Normalmente são usados para explorarem jogos, cenários e lugares para que a pessoa se sinta dentro de um determinado ambiente. Esses equipamentos ganharam muito espaço na educação porque possibilitam que o aluno vá além dos livros e das aulas convencionais para interagir com o objeto de estudo, pois estar inserido no contexto do assunto e ser

capaz de manipular o conteúdo, mesmo que virtualmente, contribui bastante com o aprendizado.

Atualmente, é viável de conhecer o que até então só foi visto em livros sobre os vários lugares, mesmo em tempos tão distantes. Com as simulações virtuais, é possível participar de viagens para locais distantes, expedições à Lua, procedimentos jurídicos, museus, dentre outras situações. A realidade virtual é, também, uma ferramenta muito útil para a criação de ambientes de teste, nos quais as pessoas podem fazer uma simulação de situações de risco.

7.6 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A IES possui atualmente 25 computadores para o acesso dos alunos, todos com acesso à internet, distribuídos no laboratório de informática, biblioteca. Há, ainda, o acesso irrestrito de notebooks e smartphones na rede wireless da IES. Todos os dias o laboratório e os computadores da biblioteca ficam abertos das 8h às 22h30, com acesso livre aos alunos.

Os softwares instalados podem ser utilizados pelo acadêmico indistintamente, cabendo-lhe solicitar ao técnico responsável a liberação de senha. Não é permitida a cópia ou a instalação de quaisquer softwares nos equipamentos dos laboratórios, sem a prévia autorização, por escrito, de seu responsável. Os laboratórios de informática atendem às necessidades dos alunos em relação ao espaço e conforto, com softwares atualizados e investimento constante, sendo melhorada a capacidade de envio de dados da rede, aumentando a velocidade, conforme o aumento do número de alunos. Semestralmente os laboratórios de informática são avaliados pelos próprios alunos como parte da Avaliação Institucional da IES, oferecida pela CPA.

Além do laboratório, a Instituição franqueia a utilização da internet wifi a todos os alunos que fazem uso de tablets e notebooks, sendo que a tecnologia empregada comporta amplamente a quantidade de usuários. Há softwares para baixa visão e cegos no laboratório, na biblioteca e na secretaria acadêmica. A acessibilidade física, e as condições ergonômicas dos equipamentos, propiciam a utilização por pessoas com necessidades de mobilidade e adaptação especiais.

Os ambientes dos laboratórios são acessíveis, têm sinalização em braille,

direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação. Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria, de atendentes e seguro contra acidentes, bem como, dos equipamentos de segurança necessários. Ademais, disponibiliza ao público utilitário televisor, retroprojeto, data show.

Para as aulas práticas das disciplinas que preveem seu uso, são realizados agendamentos de acordo com a programação da disciplina realizada pelo docente. Há plano de contingência e atualização de equipamentos tecnológicos elaborado pelo setor responsável para o atendimento das necessidades dos alunos e docentes, assim como prevista a revisão periódica para a atualização e manutenção, essa última também há a previsão de acordo com a demanda.

7.7 AUDITÓRIO

A Instituição possui dois auditórios destinados às atividades acadêmicas curriculares, extracurriculares e extensionista. Cada um para até 120 pessoas, com equipamento de áudio e vídeo, transmissão por data show, acesso à internet wi-fi. Ambos os locais são dotados de acessibilidade com sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, locais reservados para pessoas com mobilidade reduzida e idosos, rampa de acesso e plataforma elevatória, além de apresentarem excelente iluminação, acústica, ventilação, limpeza e conservação. Ademais, além dos dois auditórios a Instituição dispõe de sala de áudio e vídeo e sala para realização de web conferências.

Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

7.8 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO

A Instituição conta com estrutura física moderna com boas dimensões, ótima iluminação, ventilação e conservação. Ainda, são todos dotados de segurança e acessibilidade (localizados em ambiente térreo, dotados de rampa de acesso, barras

de apoio, sinalização em braile e sonora, piso tátil direcional, elevador e mobiliário adaptado para atendimento, além de atendimento preferencial.

No que é pertinente aos espaços de convivência e alimentação, a IES conta com uma cantina no térreo. O estabelecimento, embora terceirizado, submete-se, contratualmente, às normas institucionais de conservação e atendimento, pois são integrantes da avaliação institucional realizada pela CPA. Outros sim, o espaço destinado aos locais de alimentação e convivência são utilizados durante os períodos diurno e noturno.

7.9 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Quanto as instalações sanitárias existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Em todos os banheiros há pelo menos uma instalação sanitária plenamente acessível de acordo com as normas técnicas de acessibilidade e mobiliário para pessoas portadoras de necessidades especiais. Todos os banheiros são acessíveis por meio de rampas de acesso e/ou plataforma elevatória/elevador, sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação.

Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria de atendentes e seguro contra acidentes. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio etc.).

7.10 BIBLIOTECA

A Biblioteca no Campus tem espaço amplo, destinado a estudos e atividades em grupo, com livros físicos.

A utilização da Biblioteca é destinada aos professores, alunos, egressos, corpo técnico-administrativo e à comunidade. É uma unidade técnica responsável pelo provimento de informações necessárias às atividades de ensino,

pesquisa e extensão, disponibilizando seu acervo para consulta local ou empréstimo domiciliar. Seu Horário de funcionamento é de 8h às 22h40.

A preservação do acervo é feita com a manutenção preventiva, através do monitoramento contínuo. É toda informatizada permitindo a realização das operações de empréstimo, devolução, permuta, reserva, doações, pesquisa informatizada por nome do autor, título do livro ou assunto, listagem de exemplares geral e específica (por área de conhecimento), frequência e histórico dos empréstimos. São disponibilizados os principais jornais da região, do estado e do país e as principais revistas de informação e de publicação científica vinculada à área dos cursos oferecidos. A biblioteca está integrada a outras bibliotecas brasileiras pelo sistema COMUT.

A manutenção do acervo ocorre através da definição das necessidades e critérios para aquisição do material bibliográfico e não-bibliográfico, assim como para o descarte, desbastamento e preservação do acervo sendo realizada de acordo com as necessidades detectadas junto à comunidade acadêmica. Além disso, quando da finalização de um semestre letivo, é feita a aquisição da bibliografia necessária para o semestre seguinte, conforme a previsão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em acordo com a Política de Aquisição de Bibliografia.

A biblioteca possui regimento próprio em consonância com o Regimento Interno da IES. O apoio da Biblioteca, para elaboração de trabalhos acadêmicos, dá-se através do treinamento de usuários envolvendo uso de recursos e serviços disponíveis na Biblioteca, normalização de trabalhos acadêmicos e a orientação quanto à aplicação das normas da ABNT.

É toda informatizada permitindo a realização das operações de empréstimo, devolução, permuta, reserva, doações, pesquisa informatizada por nome do autor, título do livro ao assunto, listagem de exemplares geral e específica (por área de conhecimento), frequência e histórico dos empréstimos.

Disponibiliza reserva on-line por meio da página institucional www.camporeal.edu.br.

Há softwares para baixa visão e cegos nos laboratórios de informática, na biblioteca e na secretaria acadêmica. O sistema de gerenciamento é o software Sophia, da empresa Prima Informática, com suporte técnico 24 horas. O software

Sophia opera de acordo com as normas e padrões da biblioteconomia, tais como: AACR2, MARC, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Z39.50. Por meio dele efetuam-se empréstimos e devoluções através de código de barras e reservas de materiais feitas diretamente nos terminais locais e módulo web. Deste modo, a biblioteca do Centro Universitário Campo Real atende à demanda e a oferta ininterrupta de títulos adequados a unidade curricular e descrito no PPC do curso e de meios de ação rápida, pelo sistema de informatização, para atualizar exemplares e/ou assinaturas que venham a ser necessárias para a adequada formação acadêmica.

7.11 BIBLIOTECA DIGITAL

Em 2019, o Centro Universitário Campo Real contratou uma biblioteca digital, denominada Minha Biblioteca, com mais de 9 mil obras disponíveis, com o objetivo de atender às demandas de acadêmicos, professores e colaboradores, ampliando o acesso a livros e facilitando as atividades de pesquisa, estudo e produção acadêmica. O acesso à plataforma pode ser realizado por meio do site institucional: <https://www.camporeal.edu.br>.

A plataforma Minha Biblioteca também disponibiliza aplicativo próprio para dispositivos móveis, permitindo que os usuários realizem o download das obras para leitura offline. Dessa forma, os estudantes podem acessar os conteúdos mesmo sem conexão com a internet, ampliando as possibilidades de estudo e garantindo maior flexibilidade no uso do acervo digital.

A Instituição reconhece que, mesmo com o avanço das tecnologias, a expansão das mídias digitais e o crescimento de mecanismos de busca, as bibliotecas continuam desempenhando papel essencial na disseminação do conhecimento e da informação. Embora, em alguns contextos, tenha ocorrido diminuição no número de visitantes presenciais, muitas bibliotecas têm se reinventado, atraindo novos públicos e consolidando-se como espaços de referência sociocultural e acadêmica. É nesse contexto que a Biblioteca física da Campo Real permanece como importante ambiente de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os investimentos na manutenção e atualização do acervo continuam sendo realizados, sempre observando o Plano de Reposição e Contingência de

Acervo, bem como o Regulamento de Uso da Biblioteca.

Além de permanecer como uma das principais fontes de informação institucional, alguns fatores que emergiram com a era digital reforçam a relevância das bibliotecas físicas na atualidade, dentre os quais destacam-se:

- Os usuários continuam necessitando das bibliotecas: mesmo com a ampliação das versões digitais e a redução de custos de alguns materiais, nem sempre os usuários conseguem adquirir todos os livros necessários para suas atividades acadêmicas. Assim, as bibliotecas continuam sendo fundamentais para garantir acesso democrático ao conhecimento.

- A necessidade de orientação no uso das tecnologias de informação: embora os recursos digitais estejam cada vez mais presentes no cotidiano, nem todos os usuários possuem facilidade para localizar e utilizar adequadamente as ferramentas de pesquisa eletrônica. Nesse sentido, a biblioteca também cumpre papel importante ao oferecer orientação especializada por meio de profissionais capacitados.

- A constante adaptação às necessidades dos usuários: para manter sua relevância, as bibliotecas vêm incorporando novas ferramentas e tecnologias que tornam a consulta ao acervo mais rápida e eficiente. Sistemas de busca informatizados, acervos digitais e plataformas de leitura eletrônica contribuem para otimizar o tempo de pesquisa e ampliar as possibilidades de acesso às informações.

Paralelamente, novos modelos de bibliotecas vêm sendo desenvolvidos, oferecendo experiências inovadoras aos seus usuários. A ampliação de acervos digitais, a digitalização de obras, a criação de plataformas interativas de consulta e a implementação de espaços colaborativos para estudo e pesquisa são tendências cada vez mais presentes no campo da biblioteconomia.

Dessa forma, a manutenção da biblioteca digital Minha Biblioteca atua como importante extensão do acervo institucional, ampliando o alcance do conhecimento e garantindo que estudantes, professores e colaboradores tenham acesso facilitado a obras fundamentais para suas atividades acadêmicas, inclusive com a possibilidade de leitura offline por meio do aplicativo da plataforma.

7.12 CORPO TÉCNICO DA BIBLIOTECA

O corpo técnico-administrativo da biblioteca é constituído por uma

bibliotecária, dois funcionários e seis estagiários. Os treinamentos para o pessoal da biblioteca são realizados e organizados pelos Recursos Humanos da IES; o treinamento na operacionalização do sistema bibliotecário ocorre a cada atualização e entrada de novos atendentes. Os colaboradores da Biblioteca reúnem-se mensalmente para discutir assuntos pertinentes às rotinas e melhorias dos processos internos.

7.13 ACERVO

O acervo encontra-se informatizado, permitindo acesso rápido e fácil ao conteúdo dos diferentes tipos de material bibliográfico (livros, multimídia, normas técnicas, teses e dissertações, trabalhos de Graduação e trabalhos de Pós-Graduação). A biblioteca mantém-se interligada a outras bibliotecas brasileiras, podendo solicitar, a pedido do acadêmico, empréstimo de obras raras e outros suportes. Disponibiliza reserva “on-line” por meio da página institucional www.camporeal.edu.br.

As normas específicas para uso do acervo e dos serviços encontram-se à disposição dos consulentes no regulamento da Biblioteca. A atualização do acervo é feita com base nas sugestões encaminhadas pela comunidade acadêmica.

7.14 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A implantação da política de seleção e aquisição serve à constante atualização e manutenção da qualidade do acervo, e esta deve ser incorporada como filosofia e metodologia no trabalho da equipe responsável pelo desenvolvimento de coleções da Biblioteca.

O processo de seleção das obras a serem adquiridas parte da indicação dos docentes e passa por uma comissão, composta pela direção, bibliotecário e coordenação dos cursos. É primordial que se estabeleça uma política de seleção para evitar que a coleção se transforme em um agrupamento desajustado de documentos, por este motivo foram estabelecidos alguns critérios com o objetivo de:

- Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas de atuação da Instituição;
- Identificar os elementos adequados à formação da coleção;

- Desenvolver programas cooperativos;
- Estabelecer prioridade de aquisição de material;
- Traçar diretrizes para o descarte de material.

A formação do acervo deve ser constituída através de uma política de aquisição que prevê a aquisição de diferentes tipos de materiais, tais como: Obras de Referência, Livros, Periódicos, Fitas de Vídeos, DVD entre outros. Os materiais adquiridos devem atender as seguintes finalidades:

- Suprir os programas de ensino dos cursos da Graduação e Pós-graduação da IES;
- Dar apoio aos programas de iniciação à pesquisa e extensão da Instituição;
- Fornecer obras que elevem o nível de conhecimento geral e específico de seus acadêmicos e colaboradores;
- Resguardar materiais que resgatem a história da Instituição, como publicações e materiais sobre ela.

7.15 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Para a garantia da qualidade do processo de seleção de materiais, as bibliografias básicas das disciplinas do curso de Direito, são atualizadas periodicamente pelos docentes do curso e constam no Projeto pedagógico do curso, podendo ser acessadas nas bibliotecas física e digital.

A demanda gerada pelas ementas das disciplinas que integram a matriz curricular do curso, são atendidas tanto em títulos quanto em número de exemplares. Para cada ementa há, no mínimo, três títulos como literatura básica e de cada título, oito unidades. Busca-se na medida do possível adquirir as obras nas edições mais atualizadas e o acervo bibliográfico está sempre em constante atualização.

O Docente pode solicitar no início de cada semestre letivo, as obras mais recentes que considerar relevantes para o ensino da disciplina. Desde que alinhada à perspectiva do curso, a matriz curricular e aprovadas pela coordenação do curso e NDE. Há uma política Institucional em relação à atualização do acervo e a biblioteca do Centro Universitário Campo Real é referência regional tanto em número de títulos

como em quantidade de exemplares.

A bibliografia básica corresponde ao material bibliográfico indispensável para o desenvolvimento das disciplinas e considerado de consulta obrigatória. É adquirida em processo contínuo, segunda indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo três títulos.

7.16 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia complementar compõe-se de livros nacionais ou importados necessários à complementação e atualização de bibliografias, seja em nível de pesquisa ou conteúdo programático das disciplinas oferecidas na IES, bem como para o desenvolvimento de atividades administrativas. É adquirida em processo contínuo, segundo indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo cinco títulos. Toda a bibliografia do curso de Engenharia de Software é referendada por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas pretendidas e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo.

A Instituição possui assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, distribuídos entre as principais áreas de conhecimento do curso disponibilizando o acesso aos acadêmicos. Além da biblioteca física a Instituição possui e disponibiliza a todos os seus alunos, de graduação e pós-graduação, professores e colaboradores o acesso à biblioteca virtual Minha Biblioteca, que é uma plataforma digital de livros com vasto acervo de títulos técnicos e científicos.

Formada por mais de 20 selos editoriais das principais editoras de livros acadêmicos do Brasil, possui mais de 12.000 títulos online de acesso irrestrito, mediante o uso de login e senha, ininterrupto diariamente. A Minha biblioteca é disponibilizada por uma plataforma prática e inovadora que pode ser usada em computadores, tablets e smartphones.

7.17 LABORATÓRIOS

A Campo Real conta com uma estrutura diferenciada e moderna, com equipamentos e tecnologias que colocam a comunidade acadêmica no patamar

necessário para a adequada formação técnica, profissional, humanística e pessoal.

Os equipamentos de todos os laboratórios passam por manutenção semestral, principalmente equipamentos como microscópios, que têm um uso intensivo na grande maioria das aulas. O escopo do seu Sistema da Qualidade abrange a realização de aulas práticas laboratoriais com qualidade aplicando a Política, os Objetivos e os Procedimentos Operacionais Padrões – POP, elaborados de acordo com as BPLC. A fim de proporcionar aos alunos experiência prática laboratorial os tornando competitivos no mercado de trabalho.

Os alunos do primeiro período são informados pelo técnico quanto aos procedimentos operacionais padrão de cada laboratório já nos primeiros dias de aula, utilizando de forma segura todos os equipamentos e sempre acompanhados pelos professores, técnicos de laboratórios e estagiários, e em todos os laboratórios existe um impresso do POP a disposição de todos. Ao fim de cada semestre, os professores que utilizam os laboratórios preenchem uma requisição de materiais que serão utilizados para o semestre seguinte, conforme o número de alunos e aulas práticas que serão realizadas. Semestralmente os laboratórios são avaliados pelos alunos como parte da Avaliação Institucional da IES, oferecida pela CPA, e estes resultados são utilizados para melhorar a infraestrutura e os serviços prestados pelos laboratórios.

A seguir é apresentado o descritivo de cada laboratório utilizado pelo curso de Direito.

7.18 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

A IES conta com laboratórios que atendem plenamente a formação básica acadêmico do curso de Psicologia, a fim de complementar o ensino teórico e permitir práticas fundamentais.

O Centro Universitário Campo Real conta com um laboratório de informática, que deve ser utilizado, única e tão somente, para atividades acadêmicas dos cursos; todos com acesso livre à internet a disposição de acadêmicos e professores.

Os softwares instalados podem ser utilizados pelo acadêmico indistintamente, cabendo-lhe solicitar ao técnico responsável a liberação de senha. Não é permitida a cópia ou a instalação de quaisquer softwares nos equipamentos

dos laboratórios, sem a prévia autorização, por escrito, de seu responsável.

7.19 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) constitui componente essencial para a formação dos estudantes do curso de Direito, pois possibilita a articulação entre os conhecimentos teóricos desenvolvidos ao longo da graduação e a prática jurídica. Por meio desse espaço, os acadêmicos poderão vivenciar atividades relacionadas ao exercício profissional, desenvolvendo competências técnicas, habilidades de argumentação jurídica, postura ética e capacidade de atuação em situações concretas.

Para atender às necessidades do curso, está prevista a estruturação e implantação do Núcleo de Prática Jurídica em espaço físico próprio, planejado para possibilitar o adequado desenvolvimento das atividades práticas e do atendimento à comunidade. O ambiente será organizado de forma funcional, contemplando recepção para acolhimento do público e triagem inicial das demandas, salas destinadas ao atendimento jurídico supervisionado, espaços para orientação acadêmica e acompanhamento das atividades pelos professores responsáveis.

O espaço também contará com salas de trabalho destinadas à elaboração de peças processuais, realização de estudos de casos e desenvolvimento de atividades práticas pelos estudantes. Além disso, serão disponibilizados ambientes adequados para reuniões de orientação, acompanhamento individual ou em grupo, bem como espaço para simulações de audiências e atividades relacionadas à prática forense.

A estrutura do Núcleo também será equipada com computadores, acesso a sistemas de pesquisa jurídica, mesas de trabalho, mobiliário adequado para atendimento ao público e demais recursos necessários para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e práticas. Essa organização permitirá que os estudantes realizem atividades como elaboração de petições, análise de processos, preparação para audiências e desenvolvimento de atividades simuladas ou supervisionadas.

Além de contribuir para a formação prática dos acadêmicos, o Núcleo de Prática Jurídica também terá papel social relevante, ao possibilitar a prestação de orientação jurídica à comunidade, especialmente à população em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o espaço se configura como ambiente de aprendizagem aplicada, ao mesmo tempo em que fortalece o compromisso

institucional com a promoção da cidadania e o acesso à justiça.

Assim, a implantação do Núcleo de Prática Jurídica, com estrutura adequada e organizada para o desenvolvimento das atividades práticas do curso de Direito, contribuirá para a formação de profissionais preparados para os desafios da atuação jurídica, integrando ensino, prática e responsabilidade social.

7.20 SALA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Ambiente estruturado para a realização de práticas restaurativas, equipado com carteiras dispostas em formato circular e materiais específicos para a aplicação de círculos restaurativos. Possui capacidade máxima para até 25 participantes, apresentando condições adequadas de ventilação e conforto. Destina-se à condução de processos circulares e ao desenvolvimento de projetos mediados por facilitadores capacitados.

7.21 SALA DE JÚRI SIMULADO

Espaço projetado para a simulação de sessões do Tribunal do Júri, contemplando a organização dos elementos essenciais, tais como tribuna, área do Ministério Público, bancada de defesa, conselho de sentença e plenário. Tem como finalidade proporcionar aos acadêmicos do curso de Direito a vivência prática da dinâmica processual, possibilitando a compreensão das funções e atribuições de cada participante no contexto do julgamento.